



UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
COORDENAÇÃO DE SELEÇÃO ACADÊMICA
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DAS OSTRAS



RESPOSTAS AOS RECURSOS PROVA PARA AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – SEMUSA

Disciplina: Lei Nº 8080/90

Nº da Questão	Opção de Resposta por extenso	Parecer da Banca	Deferido ou Indeferido	Questão anulada ou Opção de Resposta correta
13	(A) II e III.	<p>As alternativas II e III são as únicas corretas.</p> <p>A alternativa II pois reproduz o caput do artigo 28, a saber: <i>"Art. 28. Os cargos e funções de chefia, direção e assessoramento, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), só poderão ser exercidas em regime de tempo integral"</i>.</p> <p>Já a alternativa III reproduz também corretamente o conteúdo legal do art. 28, §1º, todos da Lei 8080/90. Veja-se:</p> <p><i>"Art. 28 § 1º Os servidores que legalmente acumulam dois cargos ou empregos poderão exercer suas atividades em mais de um estabelecimento do Sistema Único de Saúde (SUS)"</i>.</p> <p>Comentando a alternativa I, ela está errada pois distorce o que vem determinado pelo inciso I do artigo 27.</p>	INDEFERIDO	

Vejam os dispositivos em sua integralidade:

"Art. 27. A política de recursos humanos na área da saúde será formalizada e executada, articuladamente, pelas diferentes esferas de governo, em cumprimento dos seguintes objetivos:

*I - organização de um sistema de formação de recursos humanos em todos os níveis de ensino, **inclusive** de pós-graduação, além da elaboração de programas de **aperfeiçoamento de pessoal**;*

(...)".

Por fim, a alternativa IV está errada porque não existe essa previsão na Lei 8080/90. Como a questão se baseou em conteúdo da referida lei, segundo enunciado da própria questão e conteúdo programático, a alternativa está errada.

Cumpra-se observar que a questão não delimitou a resposta ao artigo 27, mas tão somente informou que a política de recursos humanos na área da saúde será formalizada e executada, articuladamente, pelas diferentes esferas de governo, em cumprimento aos objetivos previstos naquele artigo. Como se vê, a questão na verdade está delimitada dentro da Lei 8080/90, sendo que o enunciado traz informação existente no artigo 27 apenas como forma de introdução à questão, como normalmente ocorre em diversas outras questões, a fim de introduzir diversos

assuntos do conteúdo programático que são cobrados na prova.

Ademais, o fato de a resposta à questão se basear em artigo em que há incisos vetados não traz qualquer prejuízo, visto que nem o enunciado da questão, nem a resposta da mesma (gabarito) estão fundamentados em tais incisos, mas estão sim lastreados na parte em vigor da referida legislação, de modo que a questão encontra-se livre de vícios, não cabendo anulação.